



Educação formal, não-formal e informal: em busca de novos modelos

MODALIDADE: COMUNICAÇÃO

SUBÁREA: EDUCAÇÃO MUSICAL

Nathan Tejada de Podestá

Universidade de São Paulo – nathanpodesta@usp.br

Silvia Maria Pires Cabrera Berg

Universidade de São Paulo – silviaberg@usp.br

Resumo: Mais de 40 anos após as transformações sociais que levaram à necessidade de partição da educação em formal, não-formal e informal as conceituações ainda não são consensuais entre os autores que as trabalham. Soma-se a isso o fato de que o desenvolvimento social e tecnológico impõe novas necessidades coletivas e individuais, implicando a inevitabilidade de se rever conceitos e repensar o papel da educação na atualidade. Conclui-se que os conceitos são limitados, mas que maior consciência dos diferentes sentidos que estes agregam pode favorecer a busca por novos modelos de análise e estruturação das práticas educacionais.

Palavras-chave: Educação formal, não-formal e informal. Aprendizagem e desenvolvimento. Modelos educacionais.

Formal, Non-formal and Informal Education: Searching For New Models

Abstract: Over 40 years after the social changes that led to the need of separating education into formal, non-formal and informal the concepts are still not consensual among the authors who work on them. In addition to this, social and technological development imposes new collective and individual needs implying the inevitability of revising such concepts and think the new role of education in today's society. We conclude that the concepts are limited but that a higher understanding of the different meanings they contain can favor the search for new models of educational practices analysis and organization.

Keywords: Formal, Non-Formal and Informal Education. Learning and Development Processes. Educational Models.

1 . Origem da terminologia

De acordo com Smith (1996), a terminologia educação não-formal se tornou parte do discurso internacional no final da década de 1960 e início da década de 1970, quando as políticas educacionais passaram a focar nas necessidades de grupos em desvantagem. Além disso, segundo Coombs (apud. Smith, 1996), havia naquela época uma preocupação sobre a inadequação dos currículos, a percepção de que crescimento econômico e educacional não estavam no mesmo patamar e de que os trabalhos e os empregos não emergiam diretamente como um resultado dos esforços educacionais. Muitos países enfrentavam dificuldades políticas e econômicas para arcar com expansão da educação formal.

A percepção de que os sistemas de educação formal estavam se adaptando muito lentamente às mudanças socioeconômicas em curso levou ao entendimento de que a mudança deveria vir não apenas da escola, mas que deveria também envolver outros setores sociais de maneira mais ampla. Ao mesmo tempo, de acordo com Smith (1996), havia um movimento na UNESCO em direção às noções de “educação para a vida” e “sociedade da aprendizagem”. Desse movimento emergiu uma tripartição do sistema educacional em:

- - *Educação formal*: sistema de educação hierarquicamente estruturado e cronologicamente graduado, da escola primária à universidade, incluindo os estudos acadêmicos, as variedades de programas especializados e de instituições de treinamento técnico e profissional;
- - *Educação não-formal*: qualquer atividade organizada fora do sistema formal de educação, operando separadamente, ou como parte de uma atividade mais ampla, que pretende servir a clientes previamente identificados como aprendizes e que possuem objetivos de aprendizagem;
- - *Educação informal*: verdadeiro processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos na experiência cotidiana e nas influências educativas de seu meio - na família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa.

Contudo, mais de 40 anos após as transformações sociais que levaram a essa tripartição, as conceituações ainda não são consensuais entre os autores que as trabalham. Soma-se a isso o fato de que o desenvolvimento social e tecnológico impõe novas necessidades coletivas e individuais, o que leva à premência de se rever conceitos e repensar o papel da educação na atualidade.

2. A falta de consenso sobre o formal, o não-formal e o informal

Uma análise da forma como alguns autores articulam as ideias de educação formal, não-formal e informal mostra que os termos não são consensuais. Gohn (2011) aborda a dimensão política da educação e pensa a intencionalidade como fator de separação entre a educação não-formal e a informal. Para ela, a *educação formal* é “A educação escolar, formal, oficial, desenvolvida nas escolas, ministradas por entidades públicas ou privadas” (GOHN, 2011, p. 105-106). A *educação informal* é a “(...) educação transmitida pelos pais na família, no convívio com amigos, clubes, teatros, leitura de jornais, livros, revistas, etc.” (idem, p. 107). Esses processos, segundo a autora, resultam num tipo de educação que *não é intencional*.¹ Já na *educação não-formal* “existe a intencionalidade de dados sujeitos em criar ou buscar determinadas qualidades e objetivos”. (GOHN, 2011, p.107). Assim, define educação não-formal como “ações e práticas coletivas organizadas em movimentos,

organizações e associações sociais” (idem, p.108) e destaca o papel político das ONGs nestes processos. Contudo, observa que os espaços onde acontecem estes processos de desenvolvimento são múltiplos, assim como suas formas de organização. Dessa forma, reflete sobre a coexistência do formal, não-formal e informal e procura analisar as características de cada contexto no que diz respeito às suas formas de ensinar e aprender.

Já Afonso (2001) opta por trabalhar com a dicotomia entre processos educativos *escolares* e processos educativos *não-escolares*, notando que este último abarca a educação não-formal e a informal. Reflete, contudo, que “(...) o campo da educação não-escolar (informal e não-formal) sempre coexistiu com o campo da educação escolar, sendo mesmo possível imaginar sinergias pedagógicas e complementaridades várias. ” (AFONSO, 2001, p.31).

Wille (2005), ao revisar estes conceitos também destaca a existência de uma “interpenetração” entre a educação formal, não-formal e informal, observando uma imbricação e uma pluralidade, em um processo de formação que não se restringe à escola. Adota a terminologia, mas reflete, apoiada em Arroyo (2000) que: “estamos à procura de denominações mais precisas que dêem conta de contemplar toda essa diversidade” (ARROYO, 2000, apud. WILLE, 2005, p. 40).

Marandino (2017) questiona se ainda vale a pena pensar a segmentação entre educação formal, não-formal e informal. Para ela, as tentativas de definição dos termos têm promovido melhor compreensão sobre as práticas educativas desenvolvidas em diferentes instituições e organizações sociais e isso as justificariam. Propõe que as análises dos processos educacionais devem envolver a observação de seus propósitos, da forma de organização do conhecimento, do tempo de desenvolvimento das ações, da estrutura com que é organizada, das formas e dos agentes/sujeitos que controlam as práticas e da própria experiência e a intencionalidade que a fundamenta. Entretanto, admite que as experiências reais de educação e aprendizagem nem sempre se enquadram totalmente nessas definições e sugere que as categorias não devam ser vistas como processos estanques, mas que devemos considerar que os indivíduos realizam um continuum de atividades nos múltiplos espaços onde socializam.

Compreende-se que os conceitos fundem dois aspectos importantes da educação: um aspecto político e um aspecto cognitivo e podem, por conta disso, se tornar um pouco confusos. Eles podem ajudar a orientar a tentativa de compreensão dos processos educativos que acontecem em espaços distintos, mas não dão conta da totalidade das relações

de aprendizagem que se podem estabelecer em um espaço, nem da dinâmica e da multiplicidade do processo de formação individual. Já pude destacar anteriormente que:

Falar em processos de aprendizagem e em formação é também falar em educação e envolve considerar um aspecto cognitivo (referente ao desenvolvimento que o processo promove no indivíduo) e, também, um aspecto político e legislativo, que instrumentaliza a ordem pública, e é referente à educação formal. Esse aspecto define a organização social, o papel da educação escolar nessa ordem e integra a realidade cultural dos indivíduos em sociedade, implicando em maiores ou menores possibilidades de acesso à educação musical formal, conforme ela se realize. (PODESTÁ, 2013, p. 200)

É justamente essa fusão que leva a percepção que as categorias não são precisas, porque elas não aprofundam a questão da forma de aprendizagem e do tipo de desenvolvimento que esta promove e ora podem estar se referindo a um aspecto, ora a outro.

3. Em busca de alternativas

O trabalho de Guy, Lahire e Thin (2001) indica uma alternativa para avaliar o tipo de desenvolvimento cognitivo que as diferentes práticas culturais promovem nos indivíduos. Os autores comparam a forma de organização de sociedades tribais (onde a escrita não está presente), com aquela observada em sociedades marcadas por uma forma escritural de desenvolvimento das relações sociais. Delimitam então a diferença entre um saber objetivado pela escrita e outro saber oral, demarcado pela experiência ágrafa, destacando o retorno que estes processos têm sobre o desenvolvimento cognitivo do indivíduo. Podem implicar numa retomada crítica sobre o agir, numa relação mais distanciada, analítica e crítica sobre o conhecimento (que é propiciada pela escrita) e noutra relação em que os saberes não são objetivados e estão fundidos no “saber-fazer”, não estando dissociados do fazer, do agir: “não estão separados dos corpos e das múltiplas situações de sua utilização” (GUY, LAHIRE E THIN, 2001, p.22).

Para os autores a influência da escola sobre os modos de organização social é tamanha que a sociedade não consegue pensar o desenvolvimento dissociado dos parâmetros escolares. A forma escolar de desenvolvimento das relações sociais (marcada pela hierarquia, transmissão das relações de poder, separação entre o tempo da aprendizagem e o tempo da prática, categorização, sistematização e acumulação de saberes escritos) está tão consolidada na sociedade atual que perpassa as fronteiras da escola passando a organizar outros setores da vida pública e privada e, também, outros conteúdos que não são contemplados pela atividade

escolar. Dessa forma eles argumentam que a escola pode se abrir para o exterior, porque o exterior também valoriza e socializa a forma escolar de desenvolvimento.

Uma análise das ideias apresentadas anteriormente mostra que há um processo *escolar* (considerado legítimo) e um processo *não-escolar* (considerado ilegítimo). O processo não-escolar pode estar *difuso* nas práticas culturais, ou ser *organizado* segundo os mesmos critérios escritos que estruturam a atividade escolar. Além disso, eles podem acontecer de forma *deliberada* (onde o indivíduo conscientemente colhe e trabalha informações), ou de forma *não-intencional*, (onde o indivíduo é envolvido na atividade ou corrente de informações e acaba aprendendo sobre um determinado assunto mesmo que não tenha tido a intenção de aprender). Também que há uma *relação entre o nível de sistematização do processo e o desenvolvimento cognitivo* que ele promove no indivíduo em que: um processo de aprendizagem mais sistematizado deverá implicar maior consciência sobre a prática, compreensão abstrata e capacidade de verbalização sobre o fazer e um processo de aprendizagem menos sistematizado deverá implicar um conhecimento incorporado ao saber fazer, menor consciência, compreensão abstrata e menor capacidade de verbalização sobre a prática.

4. Repensando modelos educacionais nas sociedades atuais

Da mesma forma que o contexto econômico e cultural dos anos 1960 e 1970 colocou a necessidade de desenvolvimento da educação não-formal, a configuração social atual necessita revisar modelos educacionais dada a quantidade gigantesca quantidade de informações que devem ser processadas. Os termos sociedade complexa e sociedade hiper-complexa são utilizados por Qvortup e Jansen (apud. Berg, 2012), para descrever a complexidade das relações na sociedade atual.

A complexidade advém do fato de que a população “procura a realização de valores cognitivos [...] valores individuais que contribuem para a realização de valores coletivos [...] de modo que o crescimento individual seja um fator do crescimento coletivo”. (BERG, 2012, p.229). Essa característica se potencializa nas sociedades digital-cognitivas, ou hiper-cognitivas, dada as múltiplas opções, as múltiplas possibilidades a que o indivíduo pode se conectar e, também à arbitrariedade com que elas acontecem e se relacionam com o mundo. (Idem)

Para os autores, esse fenômeno gerou novas necessidades coletivas e individuais. Num nível coletivo a forma de organização se horizontaliza, já, “a nível pessoal o relacionamento com a complexidade direciona-se à sua capacidade de filtrar, usar e transformar as informações, convertendo-as, dessa maneira, em novas cadeias de conhecimentos.” (BERG, 2012, p.230). Nesse contexto, o caminho que o desenvolvimento social e tecnológico conduz, exige uma transformação nas formas de aprendizado e ensino, dos sistemas de educação e dos modelos de pesquisa e educação para que estes sejam compatíveis com as necessidades sociais.

Qvortup fala da necessidade de se desenvolver a competência do aprendizado - de “aprender a aprender e a reformular constantemente o próprio aprendizado.” Envolve saber interpretar e redefinir as próprias possibilidades de observação, comunicação e ação. Pré-requisito para a aprendizagem.² (Idem, p.230)

Para o autor, o sistema educacional não deve mais apenas armazenar e manter informações, mas propiciar o desenvolvimento de competências voltadas à pesquisa, à produção do conhecimento e à criação, seu patamar mais elevado. Assim, Qvortup (apud. Berg, 2012) propõe a seguinte sistematização:

Forma de conhecimento	Estímulo	Qualificações	Resultados
Habilidades	Estímulo de aprendizagem direto	Conhecimento factual	Efeito Proporcional
Competência (relevante)	Produção de conhecimento	Capacidade de reflexão	Efeito exponencial
Criação	Produção	Meta-Reflexão	Salto quântico
Cultura	Evolução Social	Sistemas de educação geral	Troca de paradigmas

Os *estímulos de aprendizagem diretos* acontecem em salas de aula, ou outras formas de transferência, como, por exemplo, meios midiáticos. Os resultados são conhecimentos mensuráveis, diretamente proporcionais à quantidade de estímulo; A *competência relevante* envolve produzir, pensar e reinterpretar o conhecimento. O resultado é o desenvolvimento da capacidade de reflexão, que promove um efeito exponencial na capacidade de produzir e pensar o conhecimento; A *criação*, por sua vez, envolve conhecimentos profundos das

categorias anteriores e, através da meta-reflexão, promove um salto quântico nas capacidades individuais e na relação com o conhecimento; Por fim, a *cultura* é o resultado da evolução social, da interação de diferentes camadas de comunicação contínua que estão ligadas na sociedade, ao meio e a forma de organização das instituições, que constitui uma cultura de aprendizagem.

É, nesse sentido, que Jansen também propõe uma redefinição do sistema escolar, com o propósito de formar profissionais que tenham talento capacidade e técnica suficiente para colher informações, filtrá-las, direcioná-las e aplica-las na resolução de problemas. Esse processo, como vimos, envolve repensar modelos e práticas educacionais e deve conduzir a uma redefinição do sistema escolar - ponto que devemos considerar que as fronteiras não são rígidas, mas se perpassam mutuamente.

5. Conclusão

As tentativas de definição dos termos educação formal, não-formal e informal tem promovido um interessante debate sobre as práticas educativas desenvolvidas em diferentes instituições e organizações sociais. Entretanto, os conceitos são limitados, rígidos, engessados e não dão conta da dinâmica e da multiplicidade do processo de formação individual. Podem ser eficientes para explicar alguns tipos de relações pedagógicas que se desenvolvem em espaços específicos: seus níveis de organização e a legitimidade que lhes é atribuída numa dimensão política. Mas é necessário pensar outros modelos de análise para processos formativos individuais, bem como novas formas de se definir o sistema educacional e de se estruturar as práticas educativas.

Vê-se a necessidade de analisar os processos em movimento, considerar a não-linearidade desses processos e a existência de múltiplas formas de aprendizagem que promovem o desenvolvimento cultural dos indivíduos. Assim, uma investigação mais profunda das relações entre os tipos de aprendizagem e os tipos de conhecimento que estes desenvolvem – em que contam o nível de sistematização das práticas - pode favorecer maior compreensão sobre o desenvolvimento cognitivo que cada processo promove.

Ao mesmo tempo, a complexidade da organização social atual implica que apenas a partição da educação em diferentes esferas, com a promoção da educação não-formal, não seja mais suficiente, mas que é necessário repensar suas estruturas, no sentido de atender as demandas colocadas pelas sociedades complexas e hiper-complexas e ao alto nível de circulação de informações produzidos por essas sociedades. Destaca-se um papel ativo para o

aprendiz e a necessidade de estimular o desenvolvimento de competências que conduzam a uma maior autonomia, à capacidade de pesquisar, selecionar, extrair e interpretar informações, avaliar, relacionar, adaptar, produzir e criar. Essa constatação implica a premência de revisão das práticas e das políticas educacionais, de reorganização e redistribuição de recursos e de desenvolvimento novas ferramentas de ensino e avaliação, evocando a emergência de maiores debates sobre o tema.

Referências:

- AFONSO, Almerindo Janela. Os lugares da educação IN *Educação não-formal: cenários da criação*. Olga Rodrigues de Moraes Von Simson, Margareth Brandini Park e Renata Sidero Fernandes. (orgs.) Campinas, SP: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 2001. (p.29-38).
- BERG, Silvia Cabrera. Estratégias de ensino e ferramentas de pedagógicas segundo os modelos propostos por Jansen e Qvortup. In: *Memorandum: memória e história em psicologia*, v. 23. p. 228 - 235 Ribeirão Preto, 2012.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor*. 5ª edição, v. 26. São Paulo: Cortez, 2011.
- LAHIRE, Bernard., GUY, Vincent., THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. In: *Educação em revista* n° 33, 7-45. Belo Horizonte, junho 2001.
- MARANDINO, Marta. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não-formal e informal? In: *Ciência e educação*, vol. 23, nº4. Bauru, oct-dec. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-73132017000400811 acesso em 28/03/2018.
- PODESTÁ, Nathan Tejada de. *O autodidatismo na formação musical: revisão de conceitos e investigação de processos não escolares de aprendizagem e desenvolvimento musical*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- SMITH, M. K. What is non-formal education? 1996. Disponível em: <<http://www.infed.org/biblio/b-nonfor.htm>>. Acesso em 28/03/2018.
- WILLE, Regiana Blank (2005) Educação Formal, não formal e informal; um estudo sobre processos de ensino aprendizagem musical de adolescentes, [em linha]- *Revista da Abem* nº13, p.38-48. Disponível em: www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/323/253 acesso em 15/03/2018

Notas

¹ Ou seja, a *educação informal* remete a um tipo de processo de aprendizagem que acontece durante as relações de socialização, onde o indivíduo, apesar de não ter a intenção de aprender sobre um determinado assunto específico, acaba adquirindo informações e conhecimentos sobre diversos assuntos.

² O autor fala ainda da competência da comunicação, a necessidade de aprender a formular o comunicativo. Envolve a habilidade de comunicação, de observar, colocar-se no lugar do outro e relacionar a partir de um conhecimento aquilo que é pertinente. E, também, da competência da formulação – capacidade de observar e apontar os valores comuns de uma sociedade ou coletividade, mas que ainda não foram identificados como tal. E nesse sentido o indivíduo deve aprender a reformular o social dentro de e sobre um grupo social ou sociedade – refletindo, estabelecendo relações e formando opiniões.